



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006014-92.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Requerente: **Clodovil Donizete dos Santos**
 Requerido: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista, movido por **CLODOVIL DONIZETE DOS SANTOS**, nos autos de recuperação judicial acima epigrafados. Alega, em resumo, que é credor da empresa no valor de R\$ 27.596,28, consoante documentos de fls. 07/08. Pede a inclusão do seu crédito de ordem preferencial. Juntou documentos às fls. 04/09.

As recuperandas se manifestaram às fls. 13/14 e não se opuseram à habilitação de crédito pleiteada dentre os credores da Classe I.

O Administrador Judicial pediu a apresentação das contas de liquidação homologadas e que suportem o crédito solicitado (fls. 15/20). O autor apresentou certidão de habilitação de crédito homologada pela Justiça Trabalhista à fl. 25, bem como cópia do acordo firmado entre as partes, petição informando o descumprimento, cálculos referentes ao descumprimento do acordo e novamente certidão de habilitação do crédito às fls. 38/43.

O Administrador Judicial se manifestou (fls. 48/49), juntando parecer do perito contábil, opinando pela inclusão do crédito trabalhista no valor de R\$ 24.069,75, ressaltando a desconsideração do FGTS. O Ministério Público, às fls. 42/43, aquiesceu com o entendimento do Administrador Judicial.

Sobreveio decisão de fls. 64/66 com o entendimento deste juízo no sentido de que os valores referentes ao FGTS devem ser habilitados nos autos da recuperação judicial, estabelecendo os parâmetros a serem observados nos cálculos.

Nova planilha de cálculos apresentado às fls. 72/74, pelo credor.

As recuperandas se manifestaram à fl. 79 e não se opuseram aos cálculos apresentados pelo credor.

Sobreveio manifestação do Administrador judicial com a devida juntada de manifestação do perito contador às fls. 80/82, opinando pela habilitação do crédito no valor de R\$27.325,10. O Ministério Público não se opôs à habilitação (fl. 86).

É o relatório.

Decido.

A dívida se mostra evidente, não dependendo de homologação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico observando a posição deste juízo no que tange à inclusão do FGTS, nos termos da decisão de fls. 64/66. O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado.

Inclusive há aquiescência do fiscal da ordem jurídica, sendo o que basta.

Desta forma, o crédito aqui discutido deverá ser classificado como privilegiado, nos termos do art. 83, inciso I, da Lei 11.101/05.

Diante do exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista em favor de Clodovil Donizete dos Santos, no valor de R\$ 27.325,10 tendo como devedora Opto Eletrônica S/A, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao Administrador providenciar a correta inclusão na relação de credores.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

Cientifique-se o MP.

P.I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**